

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIRETÓRIO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOIS RIOS – CONJUNTA COM A AGEVAP, realizada no dia 13 de abril de dois mil e vinte, virtualmente, através de videoconferência entre os participantes. Aos treze dias do mês de abril de dois mil e vinte, com a presença de três membros do Diretório Colegiado do Comitê de Bacia Hidrográfica Rio Dois Rios, quatro membros do escritório local e cinco convidados da sede da Agevap (conforme relação de presença no final desta ata), teve início a reunião presidida pelo Diretor Presidente do CBH Rio Dois Rios, Sr. Lício Freire (FIPERJ), com a seguinte ordem do dia: **PAUTA ÚNICA – Apresentação das propostas do CBH-R2R para aprimoramento do sistema estadual de gestão de recursos hídricos** - O Sr. Lício Freire deu início a reunião trazendo o relato e contexto das reuniões anteriores que deram origem a demanda desta, realizada com o objetivo de apresentar à Diretoria da Agevap algumas propostas do Diretório Colegiado do CBH Rio Dois Rios pensadas a nível de melhoria de do sistema estadual de gestão de recursos hídricos – SEGRHI. O Sr. Lício Freire reforçou que, no contexto do movimento de apontamentos e propostas orientadas à Agevap também por parte de outros Comitês por ela atendidos, o CBH Rio Dois Rios expressa seu apoio à delegatária, reconhecendo seus esforços e resultados alcançados no período de acelerado amadurecimento do sistema nos últimos anos. No entanto, considerando oportuno o momento para uma reflexão interna do sistema, manifestou o consenso no âmbito e ponto de vista do Fórum Estadual de CBHs de que dos principais entes do sistema de gestão das águas no estado do RJ, as delegatárias foram as que menos evoluíram neste mesmo período. Assim, agradeceu a disposição da Agevap no acolhimento da visão dos CBHs sobre alguns de seus pontos fracos e expressou o desejo de que, ao fim deste processo de “autoanálise” tenhamos como resultado firmar no futuro contratos de gestão mais fortes e eficientes. Prosseguindo, o Sr. Lício Freire mencionou o documento realizado pelo Diretório do CBH-R2R, já sendo elaborado há algum tempo e contendo o diagnóstico da situação, pensando o aprimoramento do sistema e não somente a atuação da delegatária que hoje o atende. Aproveitou para solicitar à secretaria executiva o imediato envio deste documento para todos os presentes nesta reunião que manifestaram não o ter recebido previamente. Ainda em sua fala, o Sr. Lício pontuou os principais tópicos do documento, destacando a tríade: 1) O aumento da demanda para a sede da delegatária a partir dos inúmeros processos demandados pelas unidades descentralizadas, de pesos diferentes, mas demandando todos uma grande de energia de trabalho. Esta situação gera os chamados “gargalos”, por onde esvai um grande esforço, muitas vezes não correspondendo a resultados significativos para a gestão das águas. A este problema o CBH-R2R associou a necessidade de uma revisão do dimensionamento da Agevap em termos de recursos humanos e possivelmente revisão de seu organograma, uma vez identificada a tendência de centralização dos processos, tanto técnicos quanto administrativos. 2) Que o referido dimensionamento para adequar a capacidade de atendimento da delegatária por meio de acréscimo de pessoal da área técnica seja devidamente acompanhado do suporte administrativo, a fim de reverter a situação atual de sobrecarga administrativa para colaboradores contratados para assumirem funções técnicas. E, 3) A adoção de uma plataforma digital que promova eficiência administrativa e transparência na gestão de processos e documentos eletrônicos, fazendo superar a dependência de trâmite físico de documentos para realização de pagamentos. Foi citada como exemplo o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, de distribuição gratuita e atualmente usada pelo Inea. Em seguida, o Sr. Lício Freire passou a palavra para o diretor presidente da Agevap, o Sr. André de Paula Marques (Agevap), que respondeu às colocações: Disse concordar com a visão sobre a ocorrência dos mencionados gargalos, relacionados às demandas tanto administrativas quanto

técnicas. Informou que já está em andamento um levantamento interno onde já avançaram as Diretorias Administrativo-financeira e de Gestão de Contratos com os CBHs. Acrescentou que já foi identificada também a necessidade de capacitação interna, inclusive tendo iniciado um programa que acabou sendo interrompido pela ocorrência da pandemia do COVID-19. O Sr. André de Paula ressaltou a necessidade de estabelecer, possivelmente algo a ser firmado no nível do Contrato de Gestão, uma forma de planejamento anual da atuação junto a cada Comitê, alinhada ao PAP porém mais específico e que delimite com factibilidade as ações prioritárias por ano de exercício. Isto a fim de evitar a sobrecarga da delegatária com projetos “de momento”, os quais acabam por concentrar muita energia de trabalho devido a prazos geralmente curtos acabam concentrando energia de trabalho. Além disso, tal planejamento, pautado nos macroprojetos dos CBHs, contribuiria para que a agência delegatária programasse uma melhor aplicação de sua capacidade técnica, possibilitando inclusive a previsão de pontos de sinergia de projetos e processos de compra, por exemplo. Ainda, informou que mesmo sob o regime de trabalho imposto pela pandemia, foram realizadas reuniões para o aprimoramento do sistema de informações – SIGA junto a empresa recém-contratada (Ato Convocatório nº 17/2019), que pode atender a necessidade de gestão digital de processos e contratos da Agevap e possivelmente integrada à plataforma SEI. Por fim, expressou lhe soar muito bem a fala sobre a descentralização da gestão, inclusive citando como exemplo o sucesso da compra planejada de itens alimentícios realizada pela UD3, independente do processo licitatório conjunto e ainda em andamento. Retomando a fala, o Sr. Lícus Freire frisou sobre a questão da descentralização que, sob seu ponto de visto e representando o posicionamento do CBH-R2R, deve ir além da capacidade das UDs assumirem frente em alguns processos e permitir uma gestão decisória mais participativa. Para exemplificar, disse que o aumento da capacidade com o aumento de pessoal em um determinado setor da agência, sob a ótica participativa (gestão horizontal), deveria ser acompanhado da capacidade de tomada de decisão sobre seus respectivos processos, eliminando a dependência de submissão a instâncias superiores. Para comentar sobre as vantagens da plataforma de gestão digital de informações e processos utilizada pelo Inea, o Sr. Lícus Freire passou a fala à diretora Sra. Alessandra Assunção (SUPRID/Inea). Ela relatou que atualmente o Inea, assim como outros órgãos do estado do RJ, realiza toda a tramitação cotidiana de documentos, processos, diárias, assinaturas e etc. através do SEI, que tem favorecido a gestão com maior produtividade, transparência e economia de recursos. Mencionou o fato de que durante o atual período de quarentena, inclusive a abertura de processos pode ser feita online via internet, dispensando a presença na superintendência regional. Outra grande vantagem sobre o sistema anterior foi a dispensa da contratação de equipe técnica especializada para sua implantação e manutenção, tarefa exercida por profissionais do próprio poder público estadual. O Sr. Lícus Freire complementou relatando que também como funcionário público do estado tem acompanhado o recente movimento de institucionalização do SEI e notado as vantagens de ser um sistema moderno, ágil e gratuito. Também, opinou que, frente ao SIGA, o SEI lhe parece mais vantajoso e que sua recomendação à Agevap seria a migração do atual sistema proprietário para o gratuito, levando em conta todas as outras vantagens deste último sobre o primeiro. Ainda, lembrou uma questão que destacou como muito importante e que fora colocada em reunião do Diretório que antecedeu a esta, pela Sra. Mayná Coutinho (CEDAE): Que hoje não é possível aos membros dos Comitês a rastreabilidade dos processos financeiros da Agevap que lhes dizem respeito, como diárias e reembolsos. O Sr. Lícus Freire seguiu pontuando outros tópicos detalhes no documento encaminhado virtualmente aos presentes. Em seguida, a Sra. Alessandra Assunção complementou sua fala anterior sobre o sistema de informações, destacando o princípio da transparência,

bastante reforçado nas várias etapas da gestão desde a sua implementação. Ela observou que durante sua experiência atuando estreitamente pelo Inea sobre os processos relacionados a inscrição do município de Sta. Maria Madalena no PROTRATAR, um maior zelo pela transparência poderia ter amenizado alguns pontos de embaraço no processo. Aproveitando a fala da Sra. Alessandra sobre transparência, a Sra. Mayná Coutinho reforçou a necessidade da rastreabilidade e acompanhamento de demandas, se referindo ao que chamou de *tracking*. Retomando a fala, o Sr. André de Paula afirmou o alinhamento de entendimento sobre a horizontalização da gestão, lembrando uma discussão anterior com os Comitês sobre o tema. Também disse que observou alguns pontos da proposta que irá analisar com mais calma, que talvez exijam mais conversa. Mas destacou a relevância de um planejamento mais assertivo a ser construído e assumido pelos próprios Comitês – que poderão contar com o apoio da Agevap, caso considerarem necessário, assim como a busca por sinergia e integração de processos a fim de otimizar a gestão do sistema como um todo, não só o trabalho da delegatária. O Sr. Lício Freire fez um resumo sobre os pontos abordados e destacou algumas das falas. Fez uma ressalva sobre a prática de contratações conjuntas, que tanto podem agilizar como também atrasar o alcance dos objetivos. Por fim, solicitou o registro em ata de uma questão: Sua particular preocupação com a ocorrência desequilibrada de demandas da delegatária às UD's em processos não cabíveis ao CBH-R2R, em que fica clara a sutil divergência de entendimento sobre a definição do escritório local, se entendido como secretaria executiva do Comitê ou como unidade descentralizada da Agevap. Prosseguindo, o Sr. Lício encaminhou o encerramento da reunião sugerindo uma rodada de fala final entre os presentes, das quais destaque: O Sr. Eduardo de Almeida (Agevap), manifestou uma visão muito positiva sobre o que foi tratado e agradeceu os apontamentos feitos pelo Comitê que, certamente contribuirão para um diagnóstico mais completo da situação e construção de um plano de ação à altura. Também respondeu positivamente à provocação do Sr. Lício Freire ao manifestar seu desejo de uma relação mais próxima da Diretoria Administrativa da Agevap com os CBHs; A Sra. Juliana Fernandes (Agevap), considerou muito pertinente a fala do Sr. Lício Freire e a sua avaliação rápida do documento compartilhado, lhe revelou questões importantes a serem trabalhadas. Seu destaque foi para a necessidade muito clara de integrar os demais setores da Agevap à gestão de recursos hídricos para o real enfrentamento dos chamados “gargalos”. Também considerou fundamental o planejamento anual de trabalho dos CBHs e destacou a experiência positiva do CBH-R2R nesse sentido; A Sra. Tatiana Lopes (Agevap) manifestou estar de acordo com as colocações apresentadas porém achou por bem levantar um ponto não mencionado: que a gerência dos Contratos de Gestão absorve atualmente toda a carga técnica e administrativa dentro da DIGEA (Agevap) sem divisões internas, o que definitivamente considera que deve ser analisado e melhorado; e o Sr. André Bohrer (Agevap UD3), considerou bastante completa a abordagem apresentada tanto pela Agevap quanto pelo comitê e fez questão de orientar o devido mérito aos responsáveis pelo sucesso do processo de compra programada dos itens alimentícios, citado em elogio do Sr. André de Paula: Agradeceu ao Comitê, por compreender a importância de iniciar o processo e também empenho da equipe da DIGEA, citando os nomes da diretora Juliana e as gerentes Nathália e Tatiana, obviamente apoiadas pela diretoria administrativa e a presidência da Agevap. Por fim, também agradeceu o desempenho dos companheiros do escritório local (Agevap UD3). Tendo considerado alcançado o objetivo da reunião e não havendo mais assunto a tratar, o Sr. Lício Freire deu por encerrada a reunião. Foi lavrada por mim, Ramon Porto, a ata desta reunião, cujo único encaminhamento foi a retomada desta discussão no âmbito do Fórum Fluminense de CBHs, em reunião agendada para o dia 22/04/2020.

Nova Friburgo, 13 de março de 2020.



**Lícius de Sá Freire**  
Diretor Presidente do CBH Rio Dois Rios

## **LISTA DE PRESENÇA**

### **Membros**

Alessandra Assunção (Inea/SUPRID); Mayná Coutinho (CEDAE); Lícius de Sá Freire (FIPERJ).

### **Convidados**

Juliana Fernandes (Agevap); Tatiana Lopes (Agevap); José Eduardo de Almeida (Agevap); e André Luis de Paula Marques (Agevap).

### **Membros da Secretaria Executiva**

Natalia Ribeiro (Agevap UD3); Gabriela Silva (Agevap UD3); André Bohrer (Agevap UD3); Ramon Porto (Agevap UD3) e Maria Marcella Vianna (Agevap UD3)..

Nova Friburgo, 13 de março de 2020.